Artigo original Recebido em: 27/11/2019 Parecer emitido em: 08/01/2020

ALENCAR, D.L. de; LEITÃO, J.C.G. de C.; OLIVEIRA, A.R.C. de; LIMA, D.L.F.; PEREIRA, A.M. de A.; O contributo do associativismo para a valorização da educação física no estado do Ceará - Brasil. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, Várzea Paulista, v.19, n.01, p.61-69, 2020. ISSN; 1981-4313.

O CONTRIBUTO DO ASSOCIATIVISMO PARA A VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO DO CEARÁ – BRASIL

Dionisio Leonel de Alencar[1]
José Carlos Gomes de Carvalho Leitão[2]
Antônio Ricardo Catunda de Oliveira[3]
Danilo Lopes Ferreira Lima[4]
Antonino Manuel de Almeida Pereira[5]

[1]Centro Universitário Estácio do Ceará
[2]Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, CIDESP, Portugal
[3]Universidade Estadual do Ceará
[4]Centro Universitário Christus; Universidade de Fortaleza
[5]Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Educação, CI&DETS / CI&DEI, Portugal

RESUMO

Durante o percurso de criação dos primeiros cursos de Educação Física no Estado do Ceará - Brasil e da expansão da intervenção profissional surge a necessidade dos Professores de Educação Física se organizarem em associações, surgindo o associativismo na Educação Física do Estado do Ceará. O objeto de estudo desta pesquisa foram as Associações de Professores/Profissionais de Educação Física do Estado do Ceará, o Conselho Regional de Educação Física da 5ª Região, bem como os indivíduos que integraram ou ainda integram tais organizações, assim o objetivo deste estudo foi conhecer o percurso evolutivo da Educação Física no Ceará no que tange ao contributo do associativismo para a valorização profissional. Em termos metodológicos recorreu-se à análise qualitativa documental e à realização de 24 entrevistas com componentes dessas organizações. Os resultados apontam que o associativismo da Educação Física no Ceará valorizou a profissão, pois, no que concerne ao desenvolvimento, valorização e prestígio social da profissão, os resultados mostram a "valorização profissional e o reconhecimento por parte da sociedade" como os aspectos mais evidenciados. Em relação aos principais obstáculos e constrangimentos sentidos por esses profissionais, "a falta de reconhecimento da profissão por parte dos profissionais e da sociedade, bem como a desvalorização profissional" foram pontos mais destacados. No que se refere à existência de diálogo nas questões relacionadas a esses aspectos entre essas organizações, a maioria apontou positivamente para essa situação. A "valorização profissional" destacou-se entre as respostas quanto aos objetivos que levaram os profissionais a se organizarem em entidades classistas.

Palavras-chave: Associativismo. Educação Física. Valorização Profissional.

THE ASSOCIATIVISM CONTRIBUTION TO THE VALUATION OF PHYSICAL EDUCATION IN THE STATE OF CEARÁ – BRAZIL

ABSTRACT

During the course of the creation of the first Physical Education courses in the State of Ceará - Brazil and the expansion of professional intervention arises the need for Physical Education Teachers to organize themselves into associations, and the Associationism in Physical Education of the State of Ceará. The object of study of this research were the Associations of Teachers / Professionals of Physical Education of the State of Ceará, the Regional Council of Physical Education of the 5th Region, as well as the individuals that integrated or still integrate such organizations, so the aim of this study was to know the evolutionary course of Physical Education in Ceará regarding the contribution of associativism to professional enhancement. In methodological terms, qualitative documental analysis and 24 interviews with members of these organizations were used. The results indicate that the associativism of Physical Education in Ceará valued the profession, because,

regarding the development, valorization and social prestige of the profession, the results show the "professional valorization and the recognition by society" as the most evidenced aspects. Regarding the main obstacles and constraints felt by these professionals, "the lack of recognition of the profession by professionals and society, as well as the professional devaluation" were the most outstanding points. Regarding the existence of dialogue on issues related to these aspects between these organizations, most pointed positively to this situation. The "professional valorization" stood out among the answers regarding the objectives that led the professionals to organize themselves in class entities.
Keywords: Associativism. Physical Education. Professional Appreciation.

INTRODUÇÃO

O termo "associativismo" vem de associação ou sociedade, quando indivíduos com objetivos, ideias e interesses comuns se reúnem de forma organizada. É a união de grupos de pessoas com um mesmo fim.

A prática de associar-se é caracterizada pelo fato de as pessoas partilharem ideias e sentimentos. É uma característica da vida social vivenciada por indivíduos que partem de um mesmo pensamento, das mesmas ideias para o bem da coletividade.

Acerca dessa temática, Lüchmann; Schaefer e Nicoletti (2017) asseveram que as associações atuam com foco em diferentes objetivos e apresentam diferentes recursos e condições. Os mesmos autores fortalecem ainda que, se algumas associações são importantes para publicizar problemas sociais, outras são centrais para a promoção da representação política de grupos e setores, ou ainda para a promoção de ações visando à inclusão social, conformando um campo heterogêneo e plural (LÜCHMANN; SCHAEFER; NICOLETTI, 2017).

A história do associativismo se inicia com a própria história da humanidade, uma vez que os homens primitivos, por necessidade ou prazer, se reuniam em grupos, fosse para caçarem, pescarem ou até mesmo para deslocarem-se de um local para outro, já que eram nômades.

O associativismo nas profissões acontece, geralmente, como fruto de inquietudes de grupos de trabalhadores. Na maioria das vezes, nasce de reações aos problemas surgidos, sejam de cunho social ou político, sempre em defesa de interesses da classe e da sociedade.

O termo associação engloba vários modelos de organizações (associações, institutos, clubes, etc) que tem objetivos e finalidades distintas entre si, mas que recebem esse nome por terem características comuns e semelhantes, como a reunião de duas ou mais pessoas para a realização de objetivos coletivos (CARDOSO; CARNEIRO; RODRIGUES, 2014).

Com a evolução da Educação Física no Brasil, causada pelo aparecimento dos primeiros cursos de nível superior, surge o associativismo na Educação Física do país. Esse fato data da década de 1930, quando os professores começaram a se organizar em associações. A iniciativa partiu das Associações de Professores de Educação Física de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Essas associações fundaram em 1946 a Federação Brasileira de Associações de Professores de Educação Física (FBAPEF), entidade que congrega as Associações de Professores de Educação Física brasileiras (FBAPEF, 1952).

No Estado Ceará, com a consolidação da formação em nível superior e a universalização do conhecimento acadêmico da Educação Física, surge à necessidade da categoria dos Professores de Educação Física se organizar em uma associação, quando em 1979 surge a Associação dos Professores de Educação Física do Ceará (APEFCE), entidade constituída de professores e demais especialistas em Educação Física do Estado do Ceará, como objetivo de representar, pugnar, defender e promover a categoria, nos termos da legislação vigente (APEFICE, 2019).

Durante todo o período de sua existência, a APEFCE, que teve um recorte temporal entre 1979 e 1990, contou com quatro mandatos de diretorias. A primeira diretoria da APEFCE teve o mandato no período de 1979 a 1985, a segunda diretoria teve o mandato entre os anos de 1985 e 1987, o terceiro mandato entre 1987 e 1989 e o quarto mandato no período de 1989 a 1990 (APEFICE, 2019).

Os professores eleitos para o quarto mandato assumiram compromisso para a criação do Sindicato Unificado dos Trabalhadores em Educação (SINTECE). O objetivo era a unificação das entidades ligadas à educação no Estado do Ceará, no sentido de tornar a categoria dos profissionais da educação mais forte e mais consistente perante os órgãos do governo. Esse objetivo foi conquistado com a fusão da Associação dos Professores de Educação Física do Ceará (APEFCE), da Associação dos Supervisores Educacionais do Ceará (ASSECE) e da Associação dos Orientadores Educacionais do Ceará (ASOECE), com apoio da então Associação dos Professores do Estado do Ceará. (APEOC) (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará [SINDIUTE], 1995).

Com a criação do SINTECE, em 1990, a APEFCE encerrou suas atividades, sendo dissolvida sua diretoria. Com esse fato, os Professores de Educação Física do Estado do Ceará ficaram sem uma representatividade específica, restando o SINTECE como única entidade a que a categoria podia recorrer. Vale salientar que o SINTECE, no ano de 1991 passou a ser denominado de Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará – SINDIUTE (SINDIUTE, 1995).

Em 1996, iniciou-se, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, uma série de reuniões e encontros objetivando a criação de uma nova associação que representasse a categoria em nosso Estado. Esses profissionais decidiram que a nova entidade se chamaria de Associação dos Profissionais em Educação Física do Estado do Ceará (APEFICE), deliberando-se, também que seria criada uma comissão provisória para o encaminhamento do "Movimento pela Regulamentação do Profissional de Educação Física no Brasil", no Estado do Ceará (APEFICE, 2019).

No dia 12 de junho de 1996, no Centro Esportivo Bezerra de Melo do Colégio Capital aconteceu a eleição da primeira diretoria da APEFICE, essa diretoria foi eleita para o biênio 1996-1998. Esse primeiro mandato teve como objetivo maior o engajamento dos Profissionais de Educação Física do Estado do Ceará no movimento pela regulamentação da profissão (APEFICE, 2019).

No final desse primeiro mandato, em plena efervescência da regulamentação da profissão, aconteceu a eleição para o segundo mandato de diretoria da APEFICE que transcorreu entre os anos de 1998 a 2000. Após a Lei 9.696/98, de 1º de setembro de 1998, ser sancionada pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, lei esta que dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física, a APEFICE iniciou uma campanha de mobilização com os Profissionais de Educação Física no sentido de fixar a sede do CREF5 no Estado do Ceará. Após uma disputa acirrada com os Estados das Regiões Norte e Nordeste do Brasil, o Estado do Ceará foi contemplado com a sede do Conselho Regional de Educação Física da 5ª Região (CREF5), e o CREF5 passou a ter uma jurisdição em todos os 15 Estados das referidas Regiões (APEFICE, 2019).

No dia 12 de junho de 2000, aconteceu à eleição da terceira diretoria da APEFICE para o biênio 2000-2002. Durante esse mandato foram realizados vários eventos, dentre os quais destaca-se o 1º Encontro APEFICE de Atividade Física, ocorrido nos dias 7 e 8 de outubro de 2000 (APEFICE, 2019).

Por não haver mais interesse por parte dos diretores que estavam à frente da APEFICE, bem como de nenhum outro grupo de Profissionais de Educação Física, não aconteceu a eleição para um quarto mandato, que seria realizada no ano de 2002. Diante desse fato a APEFICE foi desativada, ficando somente o CREF5 como órgão representativo da Profissão de Educação Física (APEFICE, 2019).

Após 17 anos inativa, um grupo de Profissionais de Educação Física resolveu resgatar a APEFICE. Para tanto, no mês de fevereiro de 2019, foram eleitos os primeiros membros da APEFCIE nessa nova fase histórica (APEFICE, 2019). Após a definição da implantação da sede do CREF5 no Estado do Ceará, o CONFEF, através de seu presidente Jorge Steinhilber, empossou, no dia 29 de outubro de 1999, os primeiros conselheiros do CREF5, para exercerem mandato de quatro anos, a partir de outubro de 1999 (CREF5, 2019).

Nesse primeiro mandato, inicialmente fizeram parte como conselheiros do CREF5 Profissionais de Educação Física de vários Estados das Regiões Norte e Nordeste do Brasil. No dia 21 de novembro de 1999 realizou-se a eleição do primeiro presidente do CREF5, quando o professor Antônio Ricardo Catunda de Oliveira assumiu essa histórica posição dentro do sistema CONFEF/CREFs. Por ocasião dessa mesma reunião foi dada a posse da primeira diretoria do CREF5 (CREF5, 2019).

A partir do ano 2000, com desmembramento de vários Estados criando seus próprios Conselhos, o CREF5 ficou com jurisdição apenas nos Estados do Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Sergipe, Piauí e Maranhão (CREF5, 2019). Diante desses fatos, nesse mandato o CREF5 passou a ter conselheiros radicados somente no Estado do Ceará (CREF5, 2019). No dia 12 de novembro de 2004, foram realizadas as eleições do CREF5 para o segundo mandato que compreendeu o período de 2005 a 2006, mantendo-se como presidente o professor Ricardo Catunda (CREF5, 2019).

No ano de 2006, no final desse segundo mandato, aconteceu o processo eleitoral do CREF5 para o terceiro mandato que transcorreu entre os anos de 2007 a 2008. O quarto mandato de conselheiros do CREF5 foi entre os anos de 2009 a 2012. Finalizando o quarto mandato, foram realizadas as eleições para o quinto mandato de conselheiros do CREF5. O referido mandato aconteceu entre os anos de 2013 a 2015. Nesses três mandatos o CREF5 teve como presidente o Professor Antônio de Pádua Muniz (CREF5, 2019).

Com o desmembramento dos Estados do Piauí e do Maranhão da jurisdição do CREF5, as eleições de conselheiros para o sexto mandato do CREF5 foram realizadas no dia 8 de setembro de 2015, contando apenas com Profissionais de Educação física residentes no Estado do Ceará. Esse mandato decorreu entre os anos de 2016 e 2018 (CREF5, 2019).

No dia 28 de setembro de 2018, na sede do CREF5, aconteceram as eleições para o 7º mandato do CREF5 que compreende o período de 2019 a 2021. No dia 1º de dezembro desse mesmo ano, o CREF5 realizou uma plenária em sua sede para a escolha da nova diretoria, que foi eleita por aclamação. O presidente do penúltimo mandato e do atual mandato é o Professor Jorge Henrique Monteiro. (CREF5, 2019).

Porém, importa indagar se estas organizações profissionais concorreram para a valorização da Educação Física no Estado do Ceará Estado - Brasil, algo que é pouco abordado em termos de investigação. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi conhecer o percurso evolutivo da Educação Física no Estado do Ceará no que tange ao contributo do associativismo para a valorização profissional.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo realiza-se no âmbito da pesquisa qualitativa, classificada quanto ao objetivo de natureza descritiva e exploratória. Quanto aos procedimentos técnicos, classifica-se nas modalidades de análise documental e estudo de caso.

O *locus* de investigação deste estudo foram a Associação dos Professores de Educação Física do Ceará (APEFCE), a Associação dos Profissionais em Educação Física do Estado do Ceará (APEFCE) e o Conselho Regional de Educação Física da 5ª Região (CREF5), todos com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará – Brasil.

O estudo incidiu sobre 24 Profissionais de Educação Física que fizeram parte ou fazem parte das organizações acima citadas. A seleção desses indivíduos foi realizada *a priori* por meio da técnica de amostragem não probabilística por conveniência. Foram observados os seguintes requisitos para a seleção dos entrevistados: serem Profissionais graduados em Educação Física e terem participado das organizações objeto de estudo dessa investigação.

Em relação aos entrevistados, constata-se que 20 são do sexo masculino e quatro são do sexo feminino. Todos têm graduação em Educação Física, sendo 11 especialistas, cinco mestres, sete doutores e um pós-doutor. A faixa etária situa-se entre os 45 e os 68 anos, e o tempo de atuação profissional na área da Educação Física varia entre 23 e 48 anos.

No que se refere à área de atuação, constatou-se que nove entrevistados atuam na docência superior, oito são gestores na área da Educação Física, cinco atuam no ensino básico, um é técnico desportivo e um é instrutor de academia.

Quanto à entidade classista de que participaram, cinco respondentes fizeram parte somente da APEFCE, seis fizeram parte da APEFICE e do CREF5. Dezessete entrevistados são ligados ao CREF5, sendo que nove fazem parte da atual gestão (2019 a 2021), dentre os quais um fez parte também da APEFCE e um fez parte da APEFICE.

As informações obtidas neste estudo foram coletadas a partir de entrevistas semiestruturadas e pesquisas em documentos das organizações que foram objetos desta investigação, assim como em documentos de outras instituições que deram subsídio ao desenvolvimento deste estudo. Tais informações foram sujeitas à técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os principais resultados desta investigação. Para esse feito as tabelas foram organizadas em categorias: Tabela 1 - Pontos positivos conquistados pelos Profissionais de Educação Física do Estado do Ceará no que diz respeito ao desenvolvimento, valorização e prestígio social da profissão, Tabela 2 - Principais obstáculos e constrangimentos sentidos pelos Profissionais de Educação Física do Estado do Ceará no que tange ao desenvolvimento, valorização e prestígio social da profissão, Tabela 3 - Objetivos que levaram os Profissionais de Educação Física do Estado do Ceará a se organizarem em entidades classistas.

Diante dos resultados apresentados na Tabela 1, percebe-se que as subcategorias “valorização profissional” e “reconhecimento por parte da sociedade” foram as categorias mais evidenciadas pelos respondentes como os principais pontos positivos conquistados pelos Profissionais de Educação Física do Estado do Ceará no que diz respeito ao desenvolvimento, valorização e prestígio social da profissão.

Tabela 1 - Pontos positivos conquistados pelos Profissionais de Educação Física do Estado do Ceará no que diz respeito ao desenvolvimento, valorização e prestígio social da profissão.

SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA
Valorização profissional	14
Reconhecimento por parte da sociedade	12

Fonte: autoria própria

Quanto aos pontos positivos conquistados pelos Profissionais de Educação Física do Estado do Ceará, no que diz respeito ao desenvolvimento, valorização e prestígio social da profissão, destacamos os principais depoimentos dos profissionais entrevistados:

> *"[...] a fiscalização de fato contribui para um atendimento e valorização do profissional [...]"* (Entrevistado 4).
>
> *"[...] foi através da associação que realmente valorizou o profissional, [...] foi um grande passo para a gente chegar ao CREF5"* (Entrevistado 12).
>
> *"[...] a associação, com várias ações que foram realizadas envolvendo não só a comunidade acadêmica, mas a sociedade de uma forma geral conseguiu ter o respeito e o reconhecimento da atuação do Profissional de Educação Física no Ceará junto à sociedade"* (Entrevistado 10).
>
> *"[...] o principal ponto é a Lei Federal 9.696/98, que veio regulamentar a profissão e nos dar a condição que a gente existe na sociedade [...] Hoje a sociedade reconhece essa função através dessa Lei [...]"* (Entrevistado 23).

No que se refere à valorização profissional e ao reconhecimento por parte da sociedade como pontos positivos conquistados pelos Profissionais de Educação Física do Estado do Ceará por meio da criação da APEFCE, da APEFICE e do CREF5, podemos relacioná-los com a legalização da profissão perante os poderes públicos, a partir da regulamentação da Profissão de Educação Física, com a Lei de número 9.696/98, sancionada pelo Presidente da República, em 1º de setembro de 1998.

A citada Lei, em seu artigo 1º, estabelece que: "O exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física" (BRASIL, 1998).

Após a promulgação dessa Lei, a intervenção em todas as áreas da Educação Física é exclusivamente do Profissional de Educação Física devidamente registrado no Sistema CONFEF/CREF, afastando legalmente do exercício da profissão os indivíduos não registrados no referido Sistema.

Outro fator preponderante para a valorização profissional e o reconhecimento por parte da sociedade foi a inclusão da Profissão de Educação Física na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que é um documento que retrata a realidade das profissões existentes no mercado de trabalho no Brasil. Cabe salientar que, no Brasil, todas as profissões são identificadas conforme a CBO (BRASIL, 2019).

Evidencia-se, a partir dos resultados apontados na Tabela 2 que "a falta de reconhecimento da profissão por parte dos profissionais, a desvalorização profissional e a falta de reconhecimento da profissão por parte da sociedade" foram as subcategorias mais citadas quanto aos principais obstáculos e constrangimentos sentidos pelos Profissionais de Educação Física do Estado do Ceará, no que tange ao desenvolvimento, valorização e prestígio social da profissão.

Tabela 2 - Principais obstáculos e constrangimentos sentidos pelos Profissionais de Educação Física do Estado do Ceará no que tange ao desenvolvimento, valorização e prestígio social da profissão.

SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA
Falta de reconhecimento da profissão por parte dos profissionais	06
Desvalorização profissional	06
Falta de reconhecimento da profissão por parte da sociedade	05

Fonte: autoria própria.

Em relação aos principais obstáculos e constrangimentos sentidos pelos Profissionais de Educação Física do Estado do Ceará, no que concerne ao desenvolvimento, valorização e prestígio social da profissão, as principais manifestações dos entrevistados foram:

> "A falta de consciência, relacionada ao desenvolvimento, valorização e prestígio social da profissão. É muito fácil reclamar da profissão, [...] da pouca valorização do Profissional de Educação Física, mas não é fácil ter uma consciência no sentido de se envolver e contribuir com isso [...]" (Entrevistado 1).
>
> "Acredito que o principal obstáculo foi conseguir novos associados. [...] fazer com que os profissionais tivessem uma visão mais ampla do que realmente é uma associação de uma profissão de forma geral [...]" (Entrevistado 7).
>
> "O professor de Educação Física era tido como o professor que praticamente não fazia nada. Ele apenas dava uma bola, ele não era valorizado dentro da escola, [...] o professor não era visto com bons olhos dentro da escola" (Entrevistado 6).
>
> "[...] a desvalorização da profissão em termos econômicos. [...]" (Entrevistado 11).
>
> "[...] Infelizmente, no nosso país, o professor não tem o status que ele merece. [...] Então, eu creio que o obstáculo da nossa profissão é a valorização, mas a valorização do Profissional de Educação Física está ligada à valorização do professor [...]" (Entrevistado 19).
>
> "Naquela época, a categoria de Profissionais de Educação Física ainda não era devidamente reconhecida, então a sociedade não valorizava o suficiente como está ocorrendo hoje, ela não tinha um espaço na sociedade devidamente reconhecido" (Entrevistado 3).
>
> "[...] A prática ilegal do exercício profissional é algo que ainda existe, cada vez menos, mas existe [...] outros obstáculos tais como o não conhecimento pela sociedade dos objetivos da Educação Física[...]"(Entevistado 20).

A falta de entendimento por parte dos próprios profissionais da relevância de uma profissão regulamentada contribui para o não reconhecimento e devida importância da profissão por parte da sociedade, resultando na desvalorização profissional. O profissional deve ser o primeiro a dar exemplo quanto a esse aspecto, entender que deve partir dele que o seu reconhecimento profissional é fundamental para o sucesso de sua profissão.

Ao considerar essa perspectiva, fatores intrínsecos como a motivação, o comprometimento e a proatividade por parte do profissional devem ser considerados de suma importância para o reconhecimento profissional, proporcionando nesse sentido uma "satisfação profissional".

O estudo realizado por Anversal *et al.,* (2019) sobre a satisfação de Profissionais de Educação Física na regência em aulas de ginástica de academia aponta que a maioria dos Profissionais de Educação Física atuante na ginástica de academia mostrou-se satisfeita em ministrar essas aulas.

Em ralação à satisfação no trabalho profissional no ambiente escolar, uma pesquisa de revisão sistemática realizada por Nascimento *et al.,* (2019), revela, com base em 18 artigos analisados, que a percepção geral de satisfação talvez possa ser explicada pelo fato de que, para os docentes, os aspectos positivos da profissão na área da Educação Física escolar se sobressaem àqueles que resultam em insatisfação. Sendo assim, ao avaliar o trabalho, considerando todos os fatores, inclusive o contexto de relações entre escola, sociedade e cultura, os docentes percebem-se mais satisfeitos do que insatisfeitos, tanto nas pesquisas realizadas no Brasil, quanto nas internacionais.

No que se refere aos fatores extrínsecos relacionados ao Profissional de Educação Física com formação em Licenciatura, que tem sua intervenção na área formal, mais precisamente na escola, Fávaro; Nascimento e Soriano (2006) destacam que a ausência de um objeto de estudo definido acaba deixando os profissionais dependentes de outras áreas, acarretando uma diminuição de crédito pessoal do Profissional de Educação Física, individualismo e falta de profissionalismo.

No que diz respeito aos objetivos que levaram os Profissionais de Educação Física do Estado do Ceará a se organizarem em entidades classistas, constata-se que a subcategoria "valorização profissional" foi a mais enfatizada pelos entrevistados.

Convém acrescentar que a subcategoria "reconhecimento profissional" foi bastante mencionada quanto a esses mesmos objetivos, embora o tenha sido por um número menor de entrevistados.

Tabela 3 - Objetivos que levaram os Profissionais de Educação Física do Estado do Ceará a se organizarem em entidades classistas.

SUBCATEGORIAS	FREQUÊNCIA
Valorização profissional	15
Reconhecimento profissional	05

Fonte: autoria própria.

Tratando dos objetivos que levaram os Profissionais de Educação Física do Estado do Ceará a se organizarem em entidades classistas, as principais declarações dos respondentes foram:

> *"[...] a nossa intenção era a valorização profissional. Nós tínhamos em mente que precisava o Professor de Educação Física ser considerado socialmente como um profissional que contribui para esse fato, no sentido da sociedade perceber que a nossa profissão era importante para o desenvolvimento da sociedade" (Entrevistado 5).*
>
> *"Um dos principais objetivos foi a busca pela valorização profissional diante da sociedade" (Entrevistado 10).*
>
> *"[...] a gente precisava de uma regulamentação que seria o marco do reconhecimento da profissão, porque uma profissão para ser oficialmente reconhecida, tem que ser pela instituição maior que legisla no país, tinha que haver o reconhecimento de uma lei federal [...]. (Entrevistado 20).*
>
> *"[...] Reconhecer que o movimento da representação profissional e das associações que começaram na década de 40 e vieram amadurecendo ano a ano, é um fato que ratifica que o CREF5 hoje tenha uma atuação profissional em todo o Estado do Ceará com seus 12 mil profissionais registrados" (Entrevistado 24).*

Diante das declarações reveladas pelos respondentes em relação a esses dois aspectos, percebe-se uma diversificação de respostas, tais como: a busca pela valorização profissional diante da sociedade, fortalecimento da profissão junto à sociedade, reconhecimento legal da profissão perante as leis vigentes no Brasil, dentre outras.

Nesse contexto, é importante ressaltar que, historicamente, a Educação Física no Brasil esteve associada às ciências humanas e aos esportes. Antes da década de 1990, a formação em Educação Física se baseava no conhecimento prático, e era visível a ausência de conhecimentos teóricos e científicos mais consistentes. Até esse período era comum que os indivíduos candidatos aos cursos de graduação em Educação Física precisassem apresentar bons níveis de aptidão física como requisitos obrigatórios para o ingresso nos referidos cursos, bem como que tivessem que desenvolver muito suas qualidades físicas para serem aprovados nas disciplinas do curso.

A partir da década de 1990, com o reconhecimento por parte do Conselho Nacional de Saúde (CNS), por meio da resolução nº 218, de 6 de março de 1997, dos Profissionais de Educação Física como Profissionais de Saúde (CNS, 1997), assim como com a regulamentação da Profissão de Educação Física por meio da Lei 9.696/98 (BRASIL, 1998), a profissão passa a ser mais valorizada e reconhecida profissionalmente.

A Educação Física afirma-se, segundo as mais atualizadas pesquisas científicas, como atividade imprescindível à promoção e à preservação da saúde e à conquista de uma boa qualidade de vida (CONFEF, 2015).

Com essa valorização e reconhecimento por parte dos próprios profissionais, da sociedade e dos órgãos dos governos, o mercado de trabalho se expande, e surge a necessidade de um instrumento que regule a prática profissional em Educação Física, aparecendo, assim, o Código de Ética do Profissional de Educação Física.

O referido Código propõe normatizar a articulação das dimensões técnica e social com a dimensão ética, de forma a garantir, no desempenho do Profissional de Educação Física, a união de conhecimento científico e atitude, referendando a necessidade de um saber e de um saber fazer que venham a efetivar-se como um saber bem e um saber fazer bem (CONFEF, 2015).

Até chegar à estrutura organizacional em que a Educação Física do Estado do Ceará se encontra atualmente, foi um longo processo que a APEFCE, a APEFICE e o Sistema CONFEF/CREFs percorreram. A regulamentação da Profissão de Educação Física passa a ser um divisor de águas em relação à valorização e ao reconhecimento profissional. A Profissão de Educação Física atualmente é reconhecida pela sociedade como de maior relevância, seja na área da educação, seja na área da saúde. O Profissional de Educação Física passa a entender que precisa acompanhar essa evolução, reconhecendo que a qualificação profissional é fundamental para o seu crescimento e para o crescimento da profissão.

Em decorrência dessa realidade, Martins (2015) afirma que o Sistema CONFEF/CREF defende a qualidade da intervenção profissional, entendida a partir da excelência em relação aos conhecimentos específicos da área e seus respectivos campos sócio-político e cultural, assegurando a mudança de comportamento dos beneficiários com responsabilidade ética. A prática profissional deve ser qualificada em termos de conhecimento, planejamento, orientação, argumentação técnico-científica, sistematização e avaliação.

Nessa perspectiva, os currículos dos cursos de Educação Física foram reformulados no início dos anos 2000, sendo oferecidas duas habilitações com os cursos de licenciatura e bacharelado separadamente, formando profissionais para a atuação na área formal e na não formal da Educação Física, cada curso com finalidades próprias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados revelados nesse estudo conclui-se que o associativismo da Educação Física no Estado do Ceará impulsionou a Profissão de Educação Física, pois, no que concerne ao desenvolvimento, valorização e prestígio social da profissão, os resultados mostram a "valorização profissional e o reconhecimento por parte da sociedade" como os aspectos mais evidenciados. Em relação aos principais obstáculos e constrangimentos sentidos por esses profissionais, "a falta de reconhecimento da profissão por parte dos profissionais e da sociedade, bem como a desvalorização profissional" foram pontos mais destacados. A "valorização profissional" destacou-se entre as respostas quanto aos objetivos que levaram os profissionais a se organizarem em entidades classistas.

Esperamos que novas propostas de estudo sejam realizadas em outros estados brasileiros para que no futuro tenhamos um profundo conhecimento em âmbito nacional sobre a importância do associativismo para a valorização da Profissão de Educação Física.

REFERÊNCIAS

ANVERSAL, A.L.B.; RIBEIRO, T.F.; REFUNDINI, L.B.; OLIVEIRA, D.V. Satisfação de profissionais de educação física na regência em aulas de ginástica de academia. **Revista Psicologia e Saúde,** v.11, n.1 Campo Grande, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2019000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 04 ago. 2019.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DO CEARÁ (APEFICE). **História: da APEFCE a APEFICE.** Fortaleza: APEFICE, 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70. 2009.

BRASIL. **Lei nº 9698, de 1º de setembro de 1998.** Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Publicado no Diário Oficial da União - DOU de 2 de setembro de 1998. Brasília: DOU, 1998.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).** Brasília: MTE, 2019. Disponível em: <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/2241-profissionais-da-educacao-fisica>. Acesso: 24 out. 2018.

CARDOSO, U.C.; CARNEIRO, V.L.N.; RODRIGUES, E.R.Q. **OSCIP:** organização da sociedade civil de interesse público. Brasília: Sebrae, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (CONFEF). **Código de Ética.** Rio de Janeiro: CONFEF, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). **Resolução CNS nº 218/97, do dia 6 de março de 1997**. Brasília: CNS, 1997. Disponível em: <http://www.crefrs.org.br/legislacao/pdf/res_cns_218_1997.pdf>. Acesso: 14 mai. 2019. Acesso: 27 jun. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 5ª REGIÃO (CREF5). **História**. Fortaleza: CREF5, 2019.

FÁVARO, P.E.; NASCIMENTO; G.Y.; SORIANO, J.B. O conteúdo da intervenção profissional em educação física: O ponto de vista de docentes de um curso de formação profissional. **Movimento.** v. 55 n.2, p. 199-221. Maio/agosto, Porto Alegre. 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2901/1537>. Acesso: 13 jul. 2019.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA (FBAPEF). **Estatuto da Federação Brasileira de Associações de Professores de Educação Física**. Rio de Janeiro: FBAPEF, 1952 Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/95712/estatutos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 mai. 2018.

LÜCHMANN, L.H.H.; SCHAEFER, M.I.; NICOLETTI, A.S. Associativismo e repertórios de ação político-institucional. **Opinião Pública.** Campinas, v.23, n.2, maio-agosto, 2017. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMfzTa4wNQ_MDA_72ebc_/09.pdf>. Acesso: 24 nov. 2019.

MARTINS, I.M.L. (Org.). **Intervenção profissional e formação superior em educação física:** Articulação necessária para a qualidade do exercício profissional**.** Rio de Janeiro: CONFEF, 2015.

NASCIMENTO, R.K.; MARTINS, A.C.; BOTH, J.; FARIAS, G.O.; GUIMARÃES, J.R.S. FOLLE, A. Satisfação no trabalho de docentes de educação física: uma revisão sistemática. **Movimento**. Porto Alegre. v. 25, e25004, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/movimento/article/viewFile/82573/52287>. Acesso: 04 ago. 2019.

SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO CEARÁ (SINDIUTE). **Ofício enviado ao CNTE, CUT, Sindicatos, Movimento Popular, Entidades Estudantis, OAB-CE, CNBB, ACI, órgão da Imprensa e outras entidades da sociedade civil.** Fortaleza: SINDIUTE, 1995.

Rua Gardênia, 131
Messejana
Fortaleza/CE
60872-675